

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETRÓPOLIS EM 26 DE JANEIRO DE 2016

A reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde (COMSAÚDE) de Petrópolis teve início às 19:00 horas no dia 26 de janeiro de 2016, no auditório da Casa dos Conselhos, situada à Avenida Koeler, Centro, Petrópolis pela presidente Rosangela Stumpf. Na sequência foi feita a leitura e aprovação da ata da reunião anterior, referente ao dia 15 de dezembro de 2015, assim como a da reunião extraordinária realizada no dia 06 de janeiro de 2016. O segundo ponto abordado na reunião foi sobre a mudança do primeiro secretário componente da mesa diretora do conselho, havendo o informe da saída da antiga conselheira e primeira secretária Cláudia Respeita. Como essa função estava sendo feita por um conselheiro representante dos trabalhadores da saúde, seria necessário averiguar o interesse das outras representatividades situadas na mesma categoria para compor a mesa diretora, e a partir disso, foi demonstrado interesse apenas pelo conselheiro do Conselho Regional de Psicologia, Raphael Curioni, assumindo, portanto, essa função. O terceiro momento da reunião plenária ficou relacionado à leitura de expediente, com o informe de dois ofícios enviados pelo Ministério Público, um referente ao plano de reestruturação do atendimento de urgência e emergência aprovado pelo conselho na reunião extraordinária realizada no início do mês de janeiro, e o outro ofício referente ao plano de ação e de combate à dengue. Logo após esse momento, foi dado espaço aos informes gerais, sendo informado pela conselheira Cláudia Respeita ao conselheiro Donati que já havia sido dada entrada para que os alunos do segundo possam atuar na atenção básica, como havia sido proposto anteriormente (previsão de início desse trabalho para abril de 2016). O primeiro ponto de pauta da reunião foi sobre os Conselhos Locais de Saúde, com a apresentação do texto da proposta de lei que havia sido debatido, avaliado e alterado em alguns pontos pelo Grupo de Trabalho eleito anteriormente com essa finalidade. Nesse momento foi pedido que o assunto sobre os conselhos retornasse após duas apresentações que estavam marcadas como ponto de pauta, de maneira que ficasse mais dinâmico e com maior otimização de tempo para debate desse ponto posteriormente às apresentações. A primeira apresentação foi realizada por Claudia Mara, Coordenadora de Epidemiologia, referente à questão dos imunobiológicos no município, sendo colocada a dificuldade em distribuição e enfatizando esse momento atual como o de uma das maiores crises. Foi colocado que desde o início de 2015 há um teto para pedidos e não há uma possibilidade de repor de acordo com o uso desses imunobiológicos, além de problemas relacionados à obrigatoriedade imposta pela ANVISA sobre os laboratórios brasileiros produtores desses medicamentos, assim como a falta de componentes das vacinas no mercado mundial e conseqüentemente do nacional (apresentação da nota informativa número 198 de 2015 do Ministério da Saúde sobre a falta de vacinas e soros). Algumas das medidas citadas para contorno dessa crise seriam as revisões do locais de distribuição de vacinas no município; mudança no calendário de vacinação; introdução de outras vacinas, implantação de novo sistema de informação sobre o paciente (confere o acesso ao histórico de cobertura vacinal). Nesse momento a conselheira Adriana Papinuto perguntou sobre as perdas técnicas de imunobiológicos, e

o conselheiro Donati indagou sobre a previsão dos laboratórios estarem de acordo com as normas da ANVISA, tendo como resposta que as perdas técnicas são de fato um grande problema, mas com algumas alternativas para que não ocorresse de forma significativa. O conselheiro Marco Paulo pautou a questão da falta de soro em um período com alta incidência de casos de picadas de cobras, e como que estaria sendo feito o planejamento para cobrir tal ponto, tendo como resposta que há um contato com outros municípios para que seja possível haver uma troca do que há em estoque em um e em falta em outro. Outro ponto citado foi pela conselheira Vanda Ferreira, quanto ao uso de imunobiológicos para doenças autoimunes, sendo colocado que haveriam casos em que pacientes precisariam desses medicamentos, no entanto era dada preferência para pessoas em deslocamento para áreas de risco. Voltando ao ponto dos conselhos locais, o advogado da secretaria de saúde e responsável pela proposta de lei Anderson Garcia trouxe em questão o propósito da composição do grupo de trabalho, que teria a tarefa de revisar o projeto e inserir os NUDDS dentro do texto de forma coerente e lógica ao já escrito referente aos conselhos locais de saúde. Em seguida foi apresentado o projeto de lei. Durante a leitura foram feitas algumas colocações por parte dos conselheiros. A presidente do conselho Rosângela Stumpf pautou sobre um parágrafo único do texto, a quem os conselhos locais irão se reportar quanto extrapolar a esfera local, sendo explicado que no âmbito local o próprio conselho local faz a gestão, no entanto quando passa da esfera da localidade, ele deve se reportar ao COMSAÚDE. Anderson Garcia trouxe o ponto em que não estaria ainda decidido se a composição dos conselhos locais será apenas de usuários ou de usuários e moradores. O Secretário de Saúde Marcus Curvello agradeceu ao grupo de trabalho por avaliar e auxiliar no projeto de lei, salientando a maior qualidade no atendimento e monitoramento dos postos de saúde a partir dos conselhos locais, além de lembrar que essa foi uma meta da conferência municipal de saúde, e sendo assim do Plano Municipal. A conselheira Adriana Papinuto perguntou se o projeto já estaria pronto ou se seria possível ou se seria possível sugerir alguma alteração, tendo como resposta que haveria ainda como alterar pontos desse projeto; a partir disso a primeira perguntou se outros setores da prefeitura, de administração pública não poderiam estar relacionados para solicitarem informações técnicas, não apenas a prefeitura, havendo um reforço nesse pensamento pelo conselheiro André Pombo, e como resposta o conselheiro Donati comentou que haveria um artigo no projeto que já daria esse direcionamento a outras instâncias, não somente a secretaria de saúde. A vice presidente do conselho Andreia Teixeira, integrante do grupo de trabalho dos conselhos locais falou sobre o projeto de lei ser feito de forma aberta, sem “engessar” e deixar para que o regimento interno de cada conselho local tenha as especificações pautadas nas peculiaridades e necessidades territoriais. O conselheiro André Pombo perguntou quem seria responsável por criar o regimento interno dos conselhos locais, respondido pelo advogado da secretaria de saúde Anderson Garcia que esta atribuição seria do Conselho Municipal de Saúde. A presidente do conselho Rosângela Stumpf pediu adiamento da votação sobre o projeto de lei dos conselhos locais de saúde por entender que seria necessário encaminhamento por e-mail desse documento para que os conselheiros pudessem ler e enviar sugestões de modificação e questionamentos até 48 horas antes da próxima reunião do conselho.

O secretário municipal de saúde Marcus Curvello reforçou que o GT foi criado e trabalhou por 60 dias avaliando esse projeto, afirmando que é preciso que os conselhos locais sejam colocados em prática para assim ir se adequando, no entanto alegou que seria possível assumir um prazo maior para pensar no projeto de lei. O conselheiro Donati falou sobre o ponto de que o regimento interno de cada conselho local que irá trazer ponto de como essas unidades capilares irão funcionar, sendo mais importante se debruçar à confecção dos regimentos internos do que na própria lei, mesmo que seja ainda preciso melhorar ainda alguns elementos para que sofra a menor alteração possível a partir de encaminhamento do conselho. O conselheiro Ricardo Patulea trouxe enfoque ao artigo oitavo que tange à questão dos membros da comunidade, afirmando que seria necessário que sejam usuários a compor o conselho local, tendo como explicação pelo conselheiro Donati que outros projetos de outros municípios acabavam abrindo margem para que entidades ocupassem o espaço dos usuários. A presidente Rosangela Stumpf trouxe a questão que a lei 8142/90 não iria oferecer suporte para o que estaria buscando em um artigo do projeto que pautava sobre a composição do conselho local, sendo respondida por Anderson Garcia de que estava marcado a parte de referencial quantitativa da lei 8142/90. Mais uma vez foi solicitado que ficasse para a próxima reunião o debate sobre os pontos do projeto de lei, sendo lembrado pela conselheira Cláudia Respeita que já havia sido feito anteriormente o envio do projeto de lei para o e-mail dos conselheiros para que tivessem como ler e se informar sobre esse ponto. O último ponto da reunião ficou referente à apresentação do responsável sobre ações ligadas ao controle de dengue, febre amarela, chikungunya e zika no município de Petrópolis Eduardo Lucena. Foram apresentados dados referenciais sobre trabalhos e visitas à imóveis no município, com o quantitativo de 7687 imóveis até o dia 25 de janeiro de 2016 (151 em foco, 3207 fechados, 131 recusados, 26 recuperados, 6 recuperados e tratados com larvicidas, 226 tratados com larvicidas). Além disso pautou sobre o trabalho de controle de roedores e os entraves desse trabalho, salientando que o município de Petrópolis se encontra a frente de muitos municípios nesse combate. Pautou também a integração entre a coordenação de vigilância sanitária e o departamento de atenção básica, levando a elevação do número de visitas nas localidades próximas aos postos da atenção básica. Há equipes, segundo Eduardo Lucena, compostas por 08 agentes e outra modalidade seria a com três agentes de combate às endemias. Ainda lembrou que foi realizada uma capacitação com agentes da atenção básica para poderem auxiliar nessa campanha de combate ao mosquito *Aedes Aegypti*. Foi apresentado e distribuído um panfleto sobre a luta contra o mosquito *Aedes Aegypti*, vetor de quatro doenças, assim como texto informativo sobre cada uma dessas quatro enfermidades. O conselheiro João Miranda perguntou se haveria um parâmetro de quantos casos já foram constatados e em que localidade do município. Eduardo pautou que a epidemiologia poderia responder de forma mais efetiva nesse ponto, além de trazer que há uma dificuldade na distinção entre o que seria dengue e o que seria zika. Foi informado que haveria 13 casos de dengue confirmados e 3 exames com espera de resposta, e sem exame positivo para zika ou chikungunya (apenas casos em suspeita de). O responsável pelo programa de combate ao mosquito *Aedes Aegypti* Eduardo Lucena trouxe a questão dos limites fronteira dos municípios, sendo

reforçado que é preciso haver comunicação entre os governos das duas localidades para que o trabalho possa ser feito de forma efetiva. O conselheiro João Miranda indagou sobre como estaria sendo a atuação de outras secretarias, não só a de saúde, tendo como resposta de Eduardo o enfoque na importância do trabalho em conjunto com CONDEP, Águas do Imperador e de dispositivos relacionados à parte da educação. Dessa forma, afirmou que sempre que há necessidade há contato com essas outras instâncias e com boa resposta de volta. O secretário de saúde do município Marcus Curvello realçou que a batalha não é feita apenas por parte do estado, a sociedade também precisa fazer sua participação, salientando a importância da prevenção, tendo seu argumento mais explorado, posteriormente, pelo conselheiro João Miranda, de forma a concordar com o dito pelo secretário. Após pergunta da psicóloga Maria Teresa sobre saneamento básico, ações de combate e de contribuição da população, Eduardo disse que o que mais dificulta e faz com que o mosquito continue se multiplicando é a recusa de visita pelos moradores, sendo por vezes necessário ofício para poder entrar nas moradias. A presidente do conselho Rosângela Stumpf pautou o término da reunião com três pontos de pauta ainda pendentes, não debatidos nessa reunião e encaminhados para a próxima plenária. Já havia sido pedido por duas vezes uma prorrogação do tempo da reunião, e sendo assim, seria inviável mais uma ação igual pelo horário já avançado. A conselheira Débora Esteves nos informes gerais finais pediu para que fosse anexada a listagem de conselheiros presentes às reuniões junto a ata de cada encontro, de forma que fosse possível constar quem estaria presente ou não. A reunião foi encerrada às 21:30 horas pela Presidente do Conselho Municipal de Saúde Rosângela Stumpf, e tem ata lavrada por mim, Raphael Curioni Raia, primeiro secretário do Conselho Municipal de Saúde de Petrópolis. Raphael Curioni Raia.